

A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

DROPOUT IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: CAUSES, CONSEQUENCES, AND POSSIBLE INTERVENTION STRATEGIES

Francisco Jorge Gondim¹
Carlos Daniel Chaves Mourão²
Wilson de Andrade Freitas³
Fátima Gisele Freitas Vidal Ressurreição⁴
Manfrede Fonseca da Silva⁵
Damaris Lopes de Mairins Silva⁶
Sebastião Osmar Siqueira dos Santos⁷

RESUMO: O fenômeno da evasão no ensino superior brasileiro tem sido, para o Ministério da Educação, um dos principais desafios à efetivação do direito à educação, especialmente em um contexto marcado pela ampliação do acesso às universidades. Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar as principais causas da evasão no ensino superior brasileiro, discutir suas consequências para os sujeitos, bem como apresentar possíveis estratégias de intervenção voltadas à promoção da permanência estudantil. Do ponto de vista metodológico se trata de uma pesquisa bibliográfica. Os resultados evidenciaram que a evasão constitui um fenômeno multifatorial, influenciado por fatores econômicos, acadêmicos, sociais, institucionais e pessoais, destacando-se as dificuldades financeiras, a necessidade de conciliar estudo e trabalho, a insatisfação com o curso, o baixo desempenho acadêmico e as fragilidades nas políticas de permanência. Verificou-se ainda que a evasão produz impactos significativos para os estudantes, para as instituições de ensino superior e para a sociedade, resultando em prejuízos acadêmicos, econômicos e sociais. Conclui-se que o enfrentamento desse problema requer ações integradas que articulem assistência estudantil, apoio pedagógico, acompanhamento psicossocial e aprimoramento das práticas institucionais, de modo a favorecer a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes. O objetivo proposto foi alcançado, uma vez que a pesquisa permitiu identificar as principais causas da evasão, compreender suas consequências e discutir estratégias voltadas à sua redução.

Palavras-chave: Evasão. Ensino superior. Permanência estudantil. Políticas educacionais. Consequências.

¹Mestrando em Educação, Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO).

²Pós-graduado em Metodologia do Ensino de Matemática, Instituto Federal do Ceará (IFCE).

³Psicanalista, Licenciado em Pedagogia, Faculdade do Estado de São Paulo (ESP).

⁴Pós-graduada em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Espanhola, Universidade Candido Mendes (UCAM),

⁵Especialista em Gerenciamento de Empresas e em Educação, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

⁶Especialista em Gestão em Saúde e Imunização, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

⁷Mestre em Educação com Ênfase em Gestão da Educação Superior, Universidad Nacional Del Este.

ABSTRACT: The phenomenon of dropout in Brazilian higher education has been, for the Ministry of Education, one of the main challenges to the realization of the right to education, especially in a context marked by the expansion of access to universities. Given this scenario, this research aims to analyze the main causes of dropout in Brazilian higher education, discuss its consequences for individuals, and present possible intervention strategies aimed at promoting student retention. From a methodological point of view, this is a bibliographic research. The results showed that dropout is a multifactorial phenomenon, influenced by economic, academic, social, institutional, and personal factors, highlighting financial difficulties, the need to reconcile study and work, dissatisfaction with the course, low academic performance, and weaknesses in retention policies. It was also found that dropout has significant impacts on students, higher education institutions, and society, resulting in academic, economic, and social losses. It is concluded that addressing this problem requires integrated actions that combine student assistance, pedagogical support, psychosocial monitoring, and improvement of institutional practices, in order to favor student retention and course completion. The proposed objective was achieved, since the research allowed for the identification of the main causes of dropout, an understanding of its consequences, and the discussion of strategies aimed at reducing it.

Keywords: Dropout. Higher education. Student retention. Educational policies. Consequences.

1 INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior brasileiro, sobretudo nas últimas décadas, representou um importante avanço no processo de democratização do acesso à educação, possibilitando que um número cada vez maior de estudantes ingressasse em instituições públicas e privadas. De fato, entre as iniciativas recentes se destacam a expansão da rede federal, a criação de novas universidades, o aumento da oferta de vagas e o fortalecimento de programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que contribuem para ampliar a inclusão educacional e diversificar o perfil dos estudantes que chegam ao ensino superior (Brasil, 2025).

Assim, políticas de ampliação de vagas, programas de financiamento estudantil e ações afirmativas contribuíram significativamente para o aumento das matrículas, ampliando as oportunidades de formação acadêmica e profissional para diferentes grupos sociais.

Apesar dos avanços alcançados com a expansão do ensino superior brasileiro, esse processo ainda apresenta importantes desafios. O aumento da oferta de vagas e cursos contribuiu para ampliar o acesso à universidade, porém persistem dificuldades relacionadas à garantia da qualidade da formação e à redução das desigualdades educacionais. Em diversas regiões, a disponibilidade de cursos não corresponde plenamente às necessidades locais, enquanto a concentração em graduações de menor custo pode restringir o potencial

transformador da educação superior. Além disso, limitações de infraestrutura e a insuficiência de serviços básicos em determinadas localidades dificultam o aproveitamento das oportunidades educacionais, comprometendo a permanência e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes (Santos, 2025).

Assim, em meio a tantos desafios, a evasão “figura entre as principais atenções do Ministério da Educação (MEC), em quaisquer níveis de ensino” (Coimbra; Silva; Costa, 2021, p. 2). E mais especificamente, a evasão nos cursos de graduação constitui uma preocupação recorrente para as instituições de ensino superior, uma vez que produz impactos acadêmicos, sociais e financeiros. Além de comprometer os investimentos realizados pelas universidades e reduzir a formação de profissionais qualificados, esse fenômeno evidencia as desigualdades presentes no acesso e na permanência no ensino superior. Os estudantes oriundos das camadas populares são os mais vulneráveis à evasão, pois frequentemente enfrentam obstáculos econômicos, sociais e educacionais que dificultam a continuidade de sua trajetória acadêmica (Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023 *apud* Stark; Pinto, 2025).

Desse modo, a evasão no ensino superior é um fenômeno complexo e multifacetado, resultante da interação de fatores econômicos, sociais, acadêmicos, institucionais e pessoais. Compreender as razões que levam os estudantes a interromperem sua trajetória acadêmica se torna fundamental para o desenvolvimento de estratégias capazes de favorecer sua permanência e sucesso educacional. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar as principais causas da evasão no ensino superior brasileiro, discutir suas consequências para os sujeitos envolvidos, bem como apresentar possíveis estratégias de intervenção voltadas à promoção da permanência estudantil.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, uma vez que busca compreender e interpretar os fatores relacionados à evasão no ensino superior brasileiro, considerando suas múltiplas dimensões e significados. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Também denominada pesquisa de fontes secundárias, baseia-se na análise de materiais já publicados sobre um determinado tema. Esse conjunto de fontes inclui livros, artigos científicos, periódicos, dissertações, teses, monografias, relatórios, documentos cartográficos, além de conteúdos veiculados em meios de comunicação, como rádio, televisão, gravações sonoras e audiovisuais. Sua principal finalidade é proporcionar ao pesquisador acesso ao conhecimento já produzido acerca do objeto de estudo, permitindo o contato com diferentes

abordagens, interpretações e resultados de pesquisas anteriormente realizadas, sejam eles registrados por escrito, em áudio ou em vídeo (Marconi; Lakatos, 2003).

A revisão da literatura permitiu identificar as principais causas da evasão, suas consequências para os estudantes e para as instituições de ensino, bem como as estratégias de intervenção propostas por diferentes autores e organismos educacionais. Dessa forma, o estudo se fundamenta na sistematização e interpretação crítica do conhecimento já produzido sobre o tema, contribuindo para uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado.

2 A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: CONCEITOS E FATORES DETERMINANTES

De acordo com Cacete (2014), entre as décadas de 1930 e 1970, o Brasil passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, marcadas pelo avanço da industrialização e pela crescente urbanização. Esse processo ampliou a demanda por educação, especialmente pelo ensino superior, que até então era constituído predominantemente por cursos profissionais isolados, como Medicina, Direito e Engenharia. Nesse contexto, a Reforma Francisco Campos, implementada em 1931, buscou organizar o sistema universitário brasileiro, propondo uma estrutura mais integrada e atribuindo ao ensino superior a responsabilidade pela formação de professores para o ensino secundário. Embora inovadora ao valorizar a pesquisa científica e os estudos pedagógicos, a reforma não conseguiu concretizar plenamente seus objetivos.

A criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, representou um marco importante na consolidação do modelo universitário brasileiro. Inspiradas em referências europeias, especialmente alemãs, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras passaram a desempenhar papel relevante na formação intelectual, científica e docente. Contudo, o projeto inicial de integração entre ensino, pesquisa e formação humanística foi gradualmente enfraquecido. A expansão do ensino superior ocorreu principalmente por meio da multiplicação de faculdades isoladas, impulsionada pela crescente procura das camadas urbanas por formação universitária e pela necessidade de ampliação da formação de professores (Cacete, 2014).

A partir da década de 1960, com a reorganização política promovida pelo regime militar, novas reformas educacionais redefiniram os rumos do ensino superior. A formação docente passou a ser orientada por licenciaturas específicas, muitas vezes de curta duração, enquanto as faculdades de filosofia perderam parte de sua função acadêmica e científica. Paralelamente,

verificou-se intensa expansão do setor privado, responsável pela criação de numerosas instituições voltadas à formação de professores. Dessa forma, o crescimento do ensino superior brasileiro ocorreu de maneira fortemente associada à privatização e à proliferação de estabelecimentos isolados, distanciando-se do modelo universitário integrado previsto pela legislação educacional da época (Cacete, 2014).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação superior passou a ser reafirmada como um direito de todos, fortalecendo o papel social das universidades. Nesse contexto, observou-se a ampliação da participação das instituições privadas de ensino superior, ao mesmo tempo em que as instituições públicas enfrentavam limitações estruturais e financeiras. A partir desse cenário, tanto o setor público quanto o privado buscaram expandir sua atuação, desenvolvendo modelos institucionais adaptados às diferentes demandas e características regionais (Cunha, 2011 *apud* Gomes; Machado-Taylor; Saraiva, 2018).

Nesse sentido, na primeira década dos anos 2000, a expansão da educação superior brasileira foi intensificada por meio de políticas e programas governamentais que ampliaram o acesso e o número de matrículas, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas. Nesse contexto, iniciativas como o Prouni, o Fies, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) contribuíram para a democratização do ensino superior, especialmente para estudantes de baixa renda. Contudo, esse processo também favoreceu o crescimento do setor privado, evidenciando uma dinâmica em que os investimentos públicos ampliaram o acesso à educação ao mesmo tempo em que fortaleceram a participação e a rentabilidade das instituições privadas de ensino superior (Agapito, 2016 *apud* Gomes; Machado-Taylor; Saraiva, 2018).

Assim,

Observa-se [...] que a oferta do Ensino Superior no Brasil tem sido incentivada, nos últimos anos, pela criação de novas modalidades de Instituições, como é o caso dos Centros Universitários; de novas formas de ensino, como é o caso da educação a distância; com a ampliação das formas de acesso, além do vestibular tradicional, tais como: o ENEM e a avaliação seriada do ensino médio; e, novas estratégias de acesso e permanência de estudantes, como é o caso dos programas: PROUNI, FIES, REUNI E UAB. [...] observa-se, também, a necessidade de atenção à qualidade no ensino (Gomes; Machado-Taylor; Saraiva, 2018, p. 137).

Contudo, paralelamente ao crescimento do acesso, permanece, dentre outros, um desafio que afeta a efetividade dessas políticas: a evasão estudantil. Santos, Pilatti e Bondarik (2022) discutem que a evasão no ensino superior constitui um fenômeno presente tanto em países desenvolvidos quanto em nações em desenvolvimento, gerando impactos significativos para

instituições de ensino públicas e privadas. Silva e Mariano (2021) enfatizam que a evasão tem sido um dos principais indicadores utilizados na avaliação da educação superior brasileira, tanto em análises institucionais quanto em estudos acadêmicos. De modo geral, índices elevados de evasão são interpretados de forma desfavorável, pois refletem dificuldades relacionadas à permanência e à conclusão dos cursos, impactando negativamente a percepção sobre o desempenho e a qualidade das instituições de ensino superior.

Conceitualmente, a evasão no ensino superior ainda apresenta desafios relacionados à sua definição e mensuração. Silva e Mariano (2021), a princípio, argumentam que a concepção adotada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tende a considerar como evasão toda perda de vínculo do estudante com a educação superior, sem distinguir adequadamente suas causas e circunstâncias. Essa abordagem pode reunir em uma mesma categoria situações distintas, como transferências, reingressos e abandonos definitivos, dificultando diagnósticos mais precisos. Assim, Santos, Pilatti e Bondarik (2022, p. 309) reforçam que, sob o “ponto de vista conceitual, a evasão no ensino superior ainda padece de maior precisão”.

Além disso, destaca-se que a evasão não deve ser automaticamente associada ao fracasso acadêmico, uma vez que a trajetória dos estudantes pode envolver diferentes objetivos e percursos formativos. Dessa forma, defende-se a revisão desse conceito para que ele reflita de maneira mais fiel a realidade educacional, contribuindo para a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais mais eficazes no enfrentamento do problema (Silva; Mariano, 2021). Cabe destacar que os estudos sobre evasão nas instituições brasileiras são relativamente recentes (Stark; Pinto, 2025).

Assim, como bem colocado por Macedo (2024), na produção científica recente, a evasão é geralmente compreendida de maneira ampla como a interrupção da trajetória escolar antes da conclusão do curso. Essa perspectiva, amplamente adotada por diferentes pesquisadores, associa o fenômeno ao desligamento ou abandono dos estudos, independentemente das circunstâncias específicas que levaram o estudante a deixar a instituição de ensino.

Considerando que o objetivo deste estudo não é realizar uma discussão aprofundada sobre as diferentes concepções teóricas de evasão no ensino superior, adota-se a perspectiva apresentada por Macedo (2024), por sua abrangência e adequação aos propósitos da pesquisa. Nessa abordagem, a evasão é compreendida como a interrupção da trajetória acadêmica antes da conclusão do curso, entendimento que possibilita analisar o fenômeno de forma objetiva e

direcionar a atenção para seus fatores determinantes, impactos e estratégias de enfrentamento no contexto da educação superior.

De todo modo, trata-se de uma problemática complexa, influenciada por múltiplos fatores de natureza econômica, social, acadêmica e pessoal, que se relacionam diretamente com as condições vivenciadas pelos estudantes. Diante de suas consequências para os indivíduos, para as instituições e para a sociedade, o enfrentamento da evasão exige estratégias abrangentes e articuladas, capazes de considerar a diversidade de elementos que contribuem para sua ocorrência (Santos; Pilatti; Bondarik, 2022).

No que diz respeito às suas causas, o levantamento realizado por Morosini (2009), citado por Coimbra, Silva e Costa (2021), por exemplo, destaca como mais recorrentes as dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes, a insatisfação com o curso ou com a instituição, problemas de relacionamento com colegas e professores, dificuldades de desempenho acadêmico, a baixa valorização social de determinados cursos e profissões, a incompatibilidade entre estudo e trabalho, questões familiares e a falta de motivação para a continuidade da formação. Embora esses fatores sejam frequentemente identificados nas pesquisas, os autores ressaltam que a evasão possui caráter multifacetado e pode estar relacionada a diversas outras circunstâncias, o que evidencia a complexidade do fenômeno e a necessidade de análises contextualizadas.

7

Ainda no campo teórico, Hashimoto, Magnoni e Capellini (2024) investigaram as causas da evasão em cursos de graduação de uma faculdade vinculada a uma universidade pública do estado de São Paulo, analisando estudantes ingressantes entre 2014 e 2020. Com abordagem quanti-qualitativa, o estudo buscou identificar os fatores associados ao abandono dos cursos e subsidiar a formulação de políticas públicas de permanência estudantil. Os resultados demonstraram que a evasão se concentra principalmente nos dois primeiros anos de curso, com maior incidência entre estudantes das áreas de ciências exatas, dos cursos de licenciatura e do período noturno. Entre os principais motivos apontados pelos alunos destacaram-se a insatisfação com a escolha profissional, problemas familiares e de saúde, dificuldades financeiras, excesso de aulas teóricas e a limitada utilização de metodologias de ensino inovadoras.

De acordo ainda com os autores, a evasão é um fenômeno multifatorial que afeta especialmente estudantes do sexo masculino, com idade entre 19 e 24 anos, aqueles provenientes de municípios diferentes da instituição e ingressantes por sistemas de reserva de vagas,

sobretudo nos cursos de ciências exatas. O estudo também reforçou que fatores acadêmicos, sociais, econômicos e psicossociais interagem na decisão de abandonar o curso, reforçando a complexidade do problema (Hashimoto; Magnoni; Capellini, 2024).

Já no âmbito empírico, em estudo longitudinal realizado com estudantes ingressantes na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Nierotka, Salata e Martins (2023) analisaram os fatores associados à evasão no ensino superior a partir de dados de uma coorte de alunos acompanhados ao longo do tempo. Os resultados demonstraram que a evasão ocorre com maior intensidade nos primeiros anos do curso e está relacionada a diferentes aspectos da trajetória acadêmica dos estudantes.

Os autores também verificaram que homens e estudantes negros apresentaram maior propensão à evasão, enquanto o nível socioeconômico não se mostrou um fator determinante para explicar o fenômeno. Além disso, os resultados indicaram que o baixo rendimento acadêmico pode representar não apenas uma causa, mas um reflexo de um processo gradual de distanciamento do estudante em relação ao curso e à instituição (Nierotka; Salata; Martins, 2023).

Amaral (2013) investigou em sua dissertação as causas da evasão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *Campus de Sobral*, a partir da perspectiva de estudantes que abandonaram seus cursos nos anos de 2010 e 2011. Utilizando um estudo de caso com abordagem documental, bibliográfica e de campo, o autor analisou as respostas de 35 alunos evadidos. Os resultados evidenciaram que a evasão é influenciada por fatores internos e externos à instituição, destacando-se a dificuldade de conciliar estudo e trabalho, as condições socioeconômicas desfavoráveis, a descoberta de novos interesses acadêmicos e profissionais, a insatisfação com o curso, as limitações no acesso aos benefícios da assistência estudantil e a insuficiência de ações institucionais voltadas à permanência discente.

A pesquisa concluiu que a evasão no ensino superior não pode ser atribuída exclusivamente ao estudante, constituindo-se também como um fenômeno institucional relacionado à ausência de políticas efetivas de permanência. Assim, entre os fatores mais relevantes identificados destacaram-se a necessidade de trabalhar para garantir a subsistência, as dificuldades econômicas e a migração para outros cursos de interesse. Em contrapartida, aspectos como infraestrutura institucional, falta de pré-requisitos acadêmicos, distância entre

residência e *campus* e desconhecimento prévio sobre o curso mostraram menor influência sobre o abandono (Amaral, 2013).

Ademais, Paula (2021) investigou em sua tese a relação entre desigualdades sociais e evasão no ensino superior público federal, utilizando dados de estudantes ingressantes em 2016 nas universidades federais brasileiras e, especificamente, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa combinou análises quantitativas e qualitativas, abrangendo dados do Censo da Educação Superior e entrevistas com estudantes que abandonaram cursos ou a instituição. Os resultados evidenciaram que as características socioeconômicas apresentam associação relativamente fraca com a evasão quando analisadas de forma geral, sendo os fatores relacionados aos cursos mais relevantes para explicar o fenômeno. Estudantes de licenciatura e do período noturno, por exemplo, apresentaram maior probabilidade de evasão tanto dos cursos e instituições quanto do próprio sistema de ensino superior.

Apesar da limitada influência estatística da origem social sobre a ocorrência da evasão, o estudo demonstrou que ela é fundamental para compreender as diferentes razões que levam os estudantes a abandonar o ensino superior. Enquanto alunos de posições sociais mais favorecidas tendem a evadir por motivos mais voluntários, como perda de interesse pelo curso ou busca por alternativas consideradas mais atrativas, estudantes de origem social menos favorecida abandonam seus estudos com maior frequência em decorrência de dificuldades acadêmicas, exigências do trabalho e outras responsabilidades externas. Além disso, verificou-se que os estudantes de classes mais altas possuem maiores chances de retornar ao ensino superior após a evasão, ao contrário dos mais vulneráveis, que tendem a deixar definitivamente o sistema (Paula, 2021).

Para além das especificidades identificadas em cada estudo, observa-se um consenso na literatura de que a evasão no ensino superior constitui um fenômeno multifatorial, resultante da interação entre fatores acadêmicos, socioeconômicos, institucionais e pessoais. Os estudos analisados evidenciam que a permanência estudantil não depende exclusivamente das características individuais dos alunos, mas também das condições oferecidas pelas instituições para acolhimento, integração e acompanhamento acadêmico. Aspectos como dificuldades financeiras, necessidade de conciliar estudo e trabalho, insatisfação com a escolha do curso, baixo engajamento acadêmico e fragilidades nas políticas de assistência estudantil figuram entre os fatores mais recorrentes associados ao abandono.

3 CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO E ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Para Gomes e Hirata (2022, p. 9-10):

A evasão no ensino superior representa um custo tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Para o indivíduo, os custos estão principalmente associados à perda potencial de capital humano. Ao evadir, o indivíduo provavelmente não trabalhará na área de formação cursada, e o conhecimento específico acumulado tende a perder-se ao longo tempo. Some-se a isso a ausência de retorno (financeiro ou não) aos recursos investidos e ao tempo dedicado aos estudos, além dos efeitos psicológicos negativos que a não conclusão do curso podem acarretar. Finalmente, há ainda a perda de experiência no mercado de trabalho que o indivíduo poderia ter acumulado ao optar pelo ingresso no ensino superior em vez de ofertar mão de obra no mercado de trabalho. A sociedade também sente a evasão pelo não acúmulo de capital humano, fundamental para a produtividade do trabalho, a inovação e o desenvolvimento econômico. Há também o efeito por custo de oportunidade: boa parte dos alunos é financiada pelo setor público de alguma forma, seja via universidade pública, seja via financiamento das mensalidades no setor privado. O investimento realizado pela sociedade dissipa-se a cada aluno que evade: além de não acumular capital humano, ela deixa de recolher os frutos desse investimento caso tivesse sido aplicado de outra forma.

Em seu trabalho, Hashimoto, Magnoni e Capellini (2024) propõem um conjunto de estratégias institucionais voltadas à redução da evasão no ensino superior, contemplando fatores acadêmicos, socioeconômicos e psicossociais. Os autores defendem a ampliação dos investimentos em assistência estudantil, atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a modernização dos projetos pedagógicos e das práticas de ensino, com maior utilização de metodologias ativas e recursos tecnológicos. Também destacam a importância de ações de apoio à saúde mental, inclusão e diversidade, além do fortalecimento das relações interpessoais no ambiente universitário.

Entre as medidas sugeridas estão a implementação de sistemas de monitoramento do desempenho acadêmico para identificação precoce de estudantes em risco de evasão, a oferta de tutorias e atividades de nivelamento, a ampliação da divulgação dos cursos junto à comunidade e a flexibilização dos processos de transferência interna, de modo a favorecer a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes (Hashimoto; Magnoni; Capellini, 2024).

Amaral (2013) também apresenta recomendações voltadas ao enfrentamento da evasão no ensino superior, enfatizando a necessidade de institucionalização de políticas permanentes de acompanhamento estudantil. O autor defende a criação de programas sistematizados de apoio psicopedagógico, financeiro e material, bem como de setores específicos responsáveis pelo monitoramento e orientação dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Além disso, destaca a importância da ampliação e democratização do acesso às ações de assistência estudantil, incluindo auxílios para alimentação, transporte, moradia e material didático, assim como o fortalecimento de oportunidades de bolsas acadêmicas e estágios remunerados. Ressalta-se também a necessidade de estreitar a relação entre a educação básica e o ensino superior por meio de ações de orientação profissional, contribuindo para escolhas mais conscientes dos cursos de graduação e reduzindo a evasão associada à mudança de interesses e à insatisfação com a formação escolhida (Amaral, 2013).

Carlos e Silva (2024) buscaram compreender as definições, formas de mensuração e políticas de enfrentamento da evasão adotadas por universidades federais das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Por meio de uma pesquisa qualitativa, documental e de campo, que envolveu consulta às páginas institucionais e contato com setores responsáveis pela gestão da permanência estudantil, os autores verificaram que não existe uma padronização única entre as instituições, embora predominem abordagens bastante semelhantes para definir, medir e enfrentar a evasão. Os resultados indicaram que as especificidades regionais não se traduzem em diferenças significativas nas estratégias adotadas pelas universidades, evidenciando uma tendência à generalização do fenômeno e de suas formas de tratamento.

Ampliando a discussão, Silva *et al.* (2022) analisaram as formas de definição, mensuração e enfrentamento da evasão adotadas por universidades federais brasileiras e por instituições de ensino superior da Argentina, México e Colômbia. Por meio de uma pesquisa descritiva, documental e de campo, os autores constataram que persiste uma importante fragilidade teórica e metodológica na compreensão do fenômeno, uma vez que diferentes situações de perda de vínculo acadêmico costumam ser agrupadas sob a mesma denominação de evasão.

Os resultados mostraram que, tanto no Brasil quanto nas instituições latino-americanas investigadas, predominam políticas baseadas na assistência estudantil e no apoio pedagógico, aplicadas de forma isolada ou combinada. Entretanto, os autores argumentam que a efetividade dessas ações é limitada pela ausência de definições e mecanismos de mensuração mais precisos, o que dificulta a identificação das causas específicas da evasão e a avaliação dos resultados das políticas implementadas. Dessa forma, o estudo defende a revisão dos processos de diagnóstico do fenômeno, de modo a subsidiar estratégias de enfrentamento mais adequadas às diferentes realidades institucionais e aos distintos perfis de estudantes (Silva *et al.*, 2022).

Além das diferentes estratégias propostas na literatura, observa-se que o enfrentamento da evasão exige ações integradas que articulem assistência estudantil, acompanhamento

pedagógico, apoio psicossocial e aprimoramento das práticas institucionais. Os estudos analisados convergem ao indicar que a permanência estudantil não depende exclusivamente do esforço individual do aluno, mas também da capacidade das instituições de identificar precocemente situações de vulnerabilidade e oferecer condições adequadas para a continuidade da trajetória acadêmica.

Entretanto, alerta-se que a efetividade dessas ações está condicionada à compreensão mais precisa do fenômeno, uma vez que definições genéricas e mecanismos limitados de mensuração dificultam a elaboração de políticas compatíveis com as diferentes formas e causas da evasão. Nesse contexto, a relevância do tema ultrapassa a discussão sobre acesso e permanência, tornando-se fundamental compreender também os impactos produzidos pela evasão para os estudantes, para as instituições de ensino superior e para a sociedade.

Em pesquisa realizada há alguns anos, Rosa (1994) investigou as causas e consequências da evasão na Universidade Federal de Goiás (UFG), identificando que a evasão gera impactos significativos para os estudantes, para a instituição e para a sociedade, ao elevar os custos da formação superior, desperdiçar recursos públicos e reduzir a disponibilidade de profissionais qualificados. Em outras palavras,

As perdas de estudantes que iniciam mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico (Silva Filho *et al.*, 2007, p. 642).

12

Logo, de uma maneira geral, independentemente de ocorrer de forma definitiva, temporária ou por transferência para outro curso ou instituição, a evasão configura um fenômeno com impactos econômicos, sociais e individuais relevantes. Nas instituições de ensino superior, seus efeitos manifestam-se na subutilização de vagas, instalações, equipamentos e recursos humanos, comprometendo a eficiência institucional e podendo resultar, inclusive, em ajustes no quadro de pessoal e em outros prejuízos organizacionais. Para os estudantes, a interrupção da trajetória acadêmica pode significar o adiamento ou abandono de projetos profissionais e pessoais, limitando oportunidades de qualificação, inserção no mercado de trabalho e melhoria das condições de vida e renda (Tontini; Walter, 2014 *apud* Lima; Zago, 2018).

Por sua vez, Prestes e Fialho (2018) analisaram a evasão na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) durante e após a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), buscando evidenciar suas

consequências econômicas e sociais. Por meio de análise documental e estudo longitudinal das taxas de evasão entre 2007 e 2012, os autores verificaram que, embora os índices institucionais tenham permanecido relativamente estáveis durante a vigência do programa, houve crescimento da evasão nos anos posteriores e um número de concluintes inferior ao de ingressantes. O estudo estimou perdas financeiras expressivas para a instituição, da ordem de centenas de milhões de reais, além de impactos sociais relacionados ao enfraquecimento das funções educacionais, científicas e de desenvolvimento local da universidade.

Portanto, as consequências da evasão extrapolam a esfera individual e atingem diretamente as instituições de ensino superior e a sociedade como um todo. Além dos prejuízos acadêmicos e profissionais para os estudantes, a evasão implica desperdício de recursos financeiros, humanos e materiais investidos na formação universitária, reduzindo a eficiência das políticas educacionais e comprometendo a função social das instituições. Nesse sentido, a interrupção da trajetória acadêmica representa não apenas uma perda para o estudante que deixa de concluir sua formação, mas também para o poder público e para a sociedade, que deixam de usufruir dos benefícios econômicos, científicos e sociais decorrentes da qualificação profissional e da produção de conhecimento.

Sob essa ótica, a permanência estudantil deve ser compreendida como uma dimensão estratégica das políticas de educação superior, exigindo ações contínuas e articuladas que envolvam assistência estudantil, apoio pedagógico, acompanhamento psicossocial, orientação profissional e melhoria das condições de ensino e aprendizagem. Embora a eliminação completa da evasão seja um objetivo difícil de alcançar, a literatura aponta que a adoção de políticas fundamentadas em diagnósticos precisos e na compreensão das múltiplas causas do fenômeno pode contribuir significativamente para sua redução. Assim, promover a permanência estudantil não significa apenas evitar o abandono dos cursos, mas também garantir condições para que os estudantes concluam sua formação com qualidade, fortalecendo o papel social da universidade e ampliando as possibilidades de desenvolvimento individual e coletivo.

4 DISCUSSÃO

A análise aqui empreendida nos permite afirmar que a evasão no ensino superior brasileiro não pode ser compreendida a partir de uma única causa ou sob a responsabilidade exclusiva do estudante. Embora, por muito tempo, o abandono dos cursos tenha sido associado principalmente à falta de interesse ou de dedicação dos alunos, nota-se que esse fenômeno

resulta da interação de fatores acadêmicos, institucionais, econômicos e sociais que se manifestam de formas distintas ao longo da trajetória universitária.

Nesse sentido, os resultados encontrados por Morosini (2009), Amaral (2013), Hashimoto, Magnoni e Capellini (2024) e Paula (2021) convergem ao indicar que as dificuldades financeiras, a necessidade de conciliar estudo e trabalho, a insatisfação com o curso e as fragilidades no processo de adaptação à vida universitária figuram entre os principais elementos associados à evasão. Mais do que fatores isolados, esses aspectos tendem a se sobrepor e potencializar seus efeitos. Um estudante que enfrenta dificuldades econômicas, por exemplo, pode apresentar menor disponibilidade para participar das atividades acadêmicas, o que pode refletir em baixo desempenho, desmotivação e, posteriormente, no abandono do curso.

Outro aspecto relevante se refere ao fato de que a evasão ocorre com maior intensidade nos primeiros anos da graduação. Os estudos de Hashimoto, Magnoni e Capellini (2024) e de Nierotka, Salata e Martins (2023) apontam que esse período inicial representa uma fase crítica de adaptação, marcada pela necessidade de construção de vínculos acadêmicos e sociais. Tal constatação sugere que o ingresso na universidade não garante, por si só, a permanência estudantil. Ao contrário, evidencia a necessidade de ações institucionais que promovam acolhimento, orientação e acompanhamento dos estudantes desde os primeiros semestres.

14

A literatura também permite refletir sobre os limites de uma compreensão exclusivamente econômica da evasão. Embora as dificuldades financeiras apareçam de forma recorrente nos estudos analisados, Paula (2021) demonstra que a origem social, isoladamente, não explica o fenômeno. Isso indica que a evasão não decorre apenas da falta de recursos, mas também das condições acadêmicas e institucionais oferecidas aos estudantes. Dessa forma, políticas de assistência estudantil são fundamentais, mas precisam estar articuladas a ações pedagógicas, psicológicas e de integração acadêmica para produzirem resultados mais efetivos.

Outro ponto que merece destaque é a própria dificuldade de definição e mensuração da evasão. Conforme discutem Silva e Mariano (2021) e Silva *et al.* (2022), diferentes situações são frequentemente agrupadas sob a mesma denominação, o que pode gerar interpretações equivocadas sobre a magnitude e as causas do problema. Considera-se que essa fragilidade conceitual representa um obstáculo importante para a elaboração de políticas públicas e institucionais, uma vez que estratégias eficazes dependem de diagnósticos precisos. Nesse

sentido, compreender quem evade, quando evade e por quais razões constitui um passo fundamental para a construção de intervenções mais adequadas.

Quanto às consequências, os estudos analisados demonstram que os impactos da evasão ultrapassam a esfera individual. Gomes e Hirata (2022), Silva Filho *et al.* (2007) e Prestes e Fialho (2018) evidenciam que o abandono dos cursos representa desperdício de recursos financeiros, humanos e estruturais, além de comprometer o retorno social dos investimentos realizados na educação superior. Sob essa perspectiva, a evasão não deve ser vista apenas como um problema do estudante que interrompe sua formação, mas como uma questão que afeta a eficiência das instituições e limita o potencial de desenvolvimento social e econômico do país.

Diante desse cenário, observa-se que as estratégias apontadas pela literatura caminham na direção de uma compreensão mais ampla da permanência estudantil. Os autores defendem ações que envolvam assistência estudantil, apoio psicopedagógico, monitoramento acadêmico, modernização das práticas de ensino e fortalecimento das relações entre estudantes e instituição. Essa convergência sugere que o enfrentamento da evasão exige políticas integradas e permanentes, e não medidas pontuais ou emergenciais.

Por fim, entende-se que a democratização do ensino superior não se limita à ampliação do acesso. Os avanços observados nas últimas décadas, impulsionados por diferentes políticas educacionais, ampliaram significativamente o ingresso de novos públicos na universidade. Entretanto, os estudos também revelam que garantir a permanência e a conclusão dos cursos continua sendo um dos principais desafios da educação superior brasileira. Assim, discutir a evasão significa também discutir o direito à educação em sua dimensão mais ampla, envolvendo não apenas o acesso à universidade, mas as condições necessárias para que os estudantes permaneçam e concluam sua formação com qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as principais causas da evasão no ensino superior brasileiro, discutir suas consequências para os sujeitos envolvidos e apresentar possíveis estratégias de intervenção voltadas à promoção da permanência estudantil. Com base na revisão da literatura realizada, considera-se que esse objetivo foi alcançado, uma vez que foi possível identificar e analisar os principais fatores associados ao abandono dos cursos superiores, bem como compreender seus impactos e as alternativas apontadas pela produção científica para o seu enfrentamento.

Os estudos analisados evidenciaram que a evasão constitui um fenômeno complexo e multifatorial, resultante da interação entre aspectos acadêmicos, econômicos, sociais, institucionais e pessoais. Dificuldades financeiras, necessidade de conciliar estudo e trabalho, insatisfação com o curso, baixo desempenho acadêmico, problemas de adaptação à vida universitária e fragilidades nas políticas de permanência figuram entre os fatores mais recorrentes identificados na literatura. Nesse sentido, verificou-se que a evasão não pode ser compreendida como uma responsabilidade exclusiva do estudante, mas como uma problemática que envolve diferentes dimensões e exige análises contextualizadas.

Também foi possível constatar que as consequências da evasão extrapolam a esfera individual, produzindo impactos para as instituições de ensino superior e para a sociedade. Além de comprometer projetos acadêmicos e profissionais dos estudantes, o abandono dos cursos representa desperdício de recursos financeiros, humanos e estruturais, reduzindo a efetividade dos investimentos realizados na educação superior e limitando a formação de profissionais qualificados.

No que se refere às estratégias de intervenção, a literatura aponta para a necessidade de ações integradas que articulem assistência estudantil, acompanhamento pedagógico, apoio psicossocial, orientação profissional e monitoramento acadêmico. Os estudos destacam ainda a importância de políticas institucionais permanentes, fundamentadas em diagnósticos precisos das diferentes formas e causas da evasão, de modo a favorecer a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes.

Logo, a ampliação do acesso ao ensino superior, embora represente uma conquista significativa para a democratização da educação brasileira, não é suficiente para garantir a formação acadêmica dos estudantes. Torna-se igualmente necessário fortalecer políticas e práticas voltadas à permanência estudantil, assegurando condições para que os alunos não apenas ingressem na universidade, mas também concluam sua trajetória formativa com qualidade. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre a evasão no ensino superior e para subsidiar futuras pesquisas e ações institucionais voltadas ao enfrentamento desse desafio.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. B. do. **Evasão discente no ensino superior: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Campus Sobral)**. 2013. 101f. – Dissertação (Mestrado

em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza (CE), 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC trabalhou por mais educação superior em 2025**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/dezembro/mec-trabalhou-por-mais-educacao-superior-em-2025>. Acesso em: 24 abr. 2026.

CACETE, N. H. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 4, p. 1061–1076, out. 2014.

CARLOS, G. M.; SILVA, L. B. e. Política comparada: políticas de enfrentamento da evasão entre universidades federais no Brasil (Regiões Sul e Sudeste). **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 618–633, 2024.

COIMBRA, C. L.; SILVA, L. B. E.; COSTA, N. C. D. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e228764, 2021.

GOMES, M.; HIRATA, G. Determinantes da evasão no ensino superior: uma abordagem de riscos competitivos. **Pesquisa e planejamento econômico**, Brasília, v. 52, n. 03, p. 9–37, dez. 2022.

GOMES, V.; MACHADO-TAYLOR, M. de L.; SARAIVA, E. V. O ensino superior no Brasil - breve histórico e caracterização. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 42, n. 1, 2018.

HASHIMOTO, M. S.; MAGNONI, M. G. M.; CAPELLINI, V. L. M. F. As causas de evasão dos cursos de graduação de uma universidade pública estadual e as possíveis políticas públicas de enfrentamento. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024090, 2024.

17

LIMA, F. S. de; ZAGO, N. Evasão na educação superior: tendências e resultados de pesquisa. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, n. 9, p. 131–164, 2018.

MACEDO, J. de. Evasão no ensino superior: uma revisão da literatura sobre conceitos e classificações. **Cenas Educacionais**, Caetité, v. 7, p. e18997, 2024.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

NIEROTKA, R. L.; SALATA, A.; MARTINS, M. K. Fatores associados à evasão no ensino superior: um estudo longitudinal. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 53, e09961, 2023.

PRESTES, E. M. da T.; FIALHO, M. G. D. Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 869–889, jul. 2018.

ROSA, E. **Evasão no ensino superior: causas e conseqüências**. 1994. 239 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas (FGV), Escola De Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 1994.

SANTOS, F. P. **Expansão e interiorização do ensino superior brasileiro: desigualdades e transformações regionais.** 2025. 163 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2025.

SANTOS, C. O. dos; PILATTI, L. A.; BONDARIK, R. Evasão no ensino superior brasileiro: conceito, mensuração, causas e consequências. **Debates em Educação**, Maceió, v. 14, n. 35, p. 294-314, 2022.

SILVA, L. B. e; MARIANO, A. S. A definição de evasão e suas implicações (limites) para as políticas de educação superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e26524, 2021.

SILVA, L. B. e; CARLOS, G. M.; PIRES, J. C.; SILVA, S. P. e. Políticas de enfrentamento da evasão entre Instituições de Ensino Superior no Brasil e na América Latina. **Políticas Educativas – PolEd**, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2022.

SILVA FILHO, R. L. L. E. *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set. 2007.

STARK, J. W.; PINTO, R. S. Evasão no ensino superior: uma revisão sistemática das abordagens metodológicas e teóricas no Brasil. **Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, p. e90900, 2025.